

Uma reflexão crítica sobre a participação nos processos internacionais de formulação de políticas para as florestas

Documento do WRM

Uma reflexão crítica sobre a participação nos processos internacionais de formulação de políticas para as florestas

Documento do WRM

Este é o segundo de uma série de documentos baseados em um artigo mais longo, produzido no período de 2019 a 2021 por Larry Lohmann, membro do comitê consultivo do WRM. O artigo parte de informações obtidas em entrevistas com vários ativistas de base, bem como o comitê consultivo e o secretariado internacional do WRM, e é uma autorreflexão crítica sobre o trabalho passado, presente e futuro do WRM com relação a florestas, desmatamento e a participação da organização em processos, fóruns e iniciativas internacionais de políticas para as florestas. Ele pode ser acessado [aqui](#).

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Outubro de 2022



Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

-  Av Bolivia 1962 BIS
CP 11500 – Montevideu, Uruguai
-  +598 2605 6943
-  wrm@wrm.org.uy
-  www.wrm.org.uy/pt

Índice

Uma reflexão crítica sobre a participação nos processos internacionais de formulação de políticas para as florestas..4

O mundo dos formuladores de políticas.....4

Devemos fornecer informações e recomendações aos formuladores de políticas?.....7

Quais são os perigos da participação nesses fóruns de políticas?.....9

Como o trabalho com as políticas pode ser inserido em uma estratégia política mais ampla?.....12

Considerações finais.....20

Uma reflexão crítica sobre a participação nos processos internacionais de formulação de políticas para as florestas

O último grande esforço internacional para analisar as Causas Subjacentes do Desmatamento aconteceu há mais de 20 anos, com importante participação de grupos da sociedade civil. Esse processo, liderado pela ONU, resultou no relatório final “Enfrentar as Causas Subjacentes do Desmatamento”, de 1999, que trouxe uma lista de recomendações sobre políticas, para que os formuladores que atuam em espaços internacionais relevantes pudessem elaborar políticas de modo a enfrentar as causas identificadas.

No entanto, uma análise recente produzida pelo WRM mostra que, passados mais de 20 anos, aquelas recomendações foram amplamente ignoradas. Na verdade, em muitos sentidos, as Causas do Desmatamento foram reforçadas e novas Causas podem ser acrescentadas à lista.

Este documento visa refletir sobre a participação de movimentos sociais, ONGs e ativistas de base nos processos internacionais de políticas para as florestas, principalmente com os seguintes temas e questões: Como é o mundo de quem formula políticas? Os grupos da sociedade civil devem continuar fornecendo informações e recomendações aos formuladores? Quais são os perigos de participar desses fóruns sobre políticas? Como o trabalho com políticas pode ser inserido em uma estratégia política mais ampla?

O mundo dos formuladores de políticas

Os formuladores não são recipientes vazios esperando para serem preenchidos com o conhecimento de movimentos populares, intelectuais e ONGs, que depois eles convocam para decidir quais as alavancas corretas a ser acionadas para promover transformações positivas.

Em primeiro lugar, assim como os ativistas de base, os formuladores

de políticas insistem em reinterpretar e empregar as informações que recebem para alinhá-las aos compromissos e visões que já têm, mas esses compromissos e visões são diferentes daqueles, por exemplo, dos ativistas de base.

Os ativistas podem tentar entender as informações sobre a luta contra uma hidrelétrica em outro continente refletindo se as estratégias dessa luta podem ser adaptadas a seus próprios contextos.

Os formuladores de políticas, no entanto, estariam mais propensos a tratar essas informações como uma espécie de alerta sobre os tipos de resistência que podem ser esperados a hidrelétricas locais, e como um incentivo para formular maneiras de reprimi-los, contê-los ou fazer acordos prévios.

Essa divergência é bastante natural. Enquanto os ativistas de base podem estar tentando, por exemplo, construir alianças democráticas para proteger a água, os formuladores de políticas têm mais probabilidades de ser contratados para garantir a defesa dos investimentos estatais em energia hidrelétrica.

Os formuladores também tendem a se empenhar mais do que as comunidades florestais no uso das informações que recebem para reforçar as fantasias institucionalizadas, em vez de se unirem às lutas por justiça florestal.

Por exemplo, a maioria deles acredita na ciência econômica ortodoxa – um campo que, desde o século XVIII, se organiza em torno de ilusões que descrevem um mundo de “trocas igualitárias”.

Nesse mundo de fantasia, a exploração do trabalho não existe, racismo e patriarcado são acidentes que nada têm a ver com a produção, a natureza consiste em “recursos” que são, em princípio, inesgotáveis ou substituíveis, a riqueza é resultado da engenhosidade e da disciplina de proprietários e administradores, e todos os problemas ou contradições são “exceções” a um equilíbrio subjacente.

Não importa o quanto essas fantasias possam parecer inverossímeis, a maioria dos formuladores de políticas, como parte de suas atribuições profissionais, dedica-se a preservá-las reinterpretando as críticas vindas das bases como simples reivindicações por “reformas” em um sistema que fundamentalmente não oprime nem explora. Isso também faz com que os dois grupos ajam de maneiras diferentes a partir das mesmas informações.

Em segundo lugar, os formuladores de políticas não são indivíduos que controlam como será o futuro. Na realidade, eles têm controle sobre muito poucas dessas alavancas simbólicas de poder. Mesmo que fossem pagos ou tivessem outra motivação para apoiar movimentos populares e proteger florestas, e recebessem todas as informações relevantes sobre as causas subjacentes da destruição das florestas, eles teriam poucos meios para agir a partir dessas informações. A maioria das pessoas também não gostaria que eles tivessem acesso privilegiado ou incontestável a muitas alavancas do poder.

Assim como os ativistas de base, os formuladores de políticas costumam estar bem cientes dessas limitações. Eles sabem que o poder de Estados e organizações internacionais e, portanto, de quaisquer políticas que possam formular, é sempre limitado por muitos fatores.

Esses fatores incluem a necessidade de subsidiar o capital com recursos naturais, e construir e manter coalizões com poderosos partidos políticos, grupos religiosos, organizações da sociedade civil, associações empresariais, financistas e assim por diante.

Os formuladores de políticas não podem simplesmente decidir por conta própria se levam a sério as causas subjacentes do desmatamento e da degradação florestal se não houver movimentos populares poderosos que forcem seus chefes e as instituições políticas importantes a fazê-lo.

Eles entendem que, na ausência desses movimentos, perderiam o emprego se tentassem agir com muita força contra os imperativos que o capital tem para desmatar, o que colocaria em risco seu prestígio e seu sustento, bem

como o bem-estar de suas famílias.

Além disso, medidas efetivas com relação às causas subjacentes do desmatamento interromperiam as fantasias estruturantes das instituições que empregam os formuladores de políticas, bem como o próprio prazer que eles têm no trabalho que fazem na vida.

Devemos fornecer informações e recomendações aos formuladores de políticas?

Mesmo que haja “lacunas” no conhecimento dos formuladores de políticas sobre as causas subjacentes, pode não ser necessariamente bom “preenchê-las” com uma publicação como *Abordar as causas subjacentes do desmatamento*, de 1999. Na verdade, pode até ser prejudicial se não for acompanhado por ações baseadas em um entendimento profundo e realista de como os formuladores de políticas provavelmente reagirão (ou não) às informações, como os movimentos populares podem responder a essa reação, como os formuladores, por sua vez, podem reagir (ou não) a essa resposta, e assim por diante.

Isso, por sua vez, exige uma sólida compreensão das possibilidades disponíveis aos movimentos populares para pressionar formuladores de políticas, seus superiores, patrocinadores e oponentes, além de simplesmente fornecer informações a eles – ou a formadores de opinião, pesquisadores ou lobistas nos quais eles confiem.

Também requer uma sólida compreensão das formas prejudiciais pelas quais os formuladores de políticas podem tirar vantagem da simples participação dos movimentos em fóruns oficiais, independentemente das informações que forem trocadas.

Por exemplo, será que o ato da participação ativista vai conferir credibilidade a um fórum, no momento em que os movimentos sociais buscam reduzir

essa credibilidade?

Esse ato não daria apoio involuntário à ilusão de que Estados e formuladores de políticas são capazes de combater as causas subjacentes do desmatamento, desde que recebam informações corretas e haja “vontade política”?

Os ativistas nem sempre se deram ao trabalho de aplicar essas habilidades de projeção estratégica e avaliação política de longo prazo aos contextos em que o conhecimento é compartilhado.

Em vez disso, muitos têm tendido simplesmente a supor que identificar as raízes da crise em um fórum público ou privado ou se esforçar para inserir um pouco de texto crítico em um documento de políticas é necessariamente bom para os movimentos populares, independentemente do fórum em que essa identificação venha a ocorrer ou do texto em que a crítica apareça, bem como da natureza do debate que resultar daí. Portanto, não há necessidade de pensar no contexto, pressupõem muitos ativistas.

Isso pode resultar em falta de discernimento na escolha dos fóruns onde se discute a crise florestal, dispersão de energias dos movimentos e reforço involuntário das causas subjacentes do desmatamento. Também pode levar a surpresas e decepções desnecessárias quando as conclusões de um estudo como *Abordar as causas subjacentes do desmatamento* acabam tendo tão pouco impacto na política florestal.

Em termos gerais, as “lacunas de conhecimento” também não são necessariamente a principal razão que impede ambientalistas de classe média ou ONGs influentes, como *Environmental Defense Fund*, *World Wide Fund for Nature (WWF)* ou *The Nature Conservancy* de conseguir unir forças com os ativistas de base que lutam pelas florestas.

Certamente, informações de boa qualidade sobre as causas subjacentes do desmatamento são sempre necessárias aos esforços para romper alianças prejudiciais e estabelecer outras, mais construtivas.

Mas isso não basta. Mais importante é a determinação de lidar com hierarquias e lealdades de classe, raça e gênero, estruturas de financiamento perigosas, lógicas burocráticas, preconceitos culturais e políticos, e as fantasias que estruturam o comportamento das pessoas que trabalham em empresas e instituições estatais ou internacionais.

Uma razão especialmente importante para que os movimentos em defesa das florestas usem o discernimento ao escolher seus fóruns de discussão é que seus oponentes mais astutos aprenderam a receber bem as críticas a políticas e práticas que destroem as florestas, tratando-as como guias para se imunizar contra uma oposição mais firme. “O que não mata fortalece”, diz o velho ditado.

Grandes empresas e organizações como o Banco Mundial costumam sair mais resilientes dos conflitos com ambientalistas devido à sua capacidade de adaptar muitas das iniciativas da resistência popular a seus próprios objetivos e fantasias.

Por exemplo, sem as pressões exercidas pelos movimentos em defesa das florestas, de que forma o capital e seus agentes e reguladores poderiam encontrar motivação ou materiais para forjar novas armas, como selos verdes, comércio de serviços ecossistêmicos, economia ambiental, procedimentos de Consentimento Livre, Prévio e Informado e assim por diante? Todas essas armas, como observado acima, agora fazem parte do arsenal das forças do desmatamento e da degradação florestal.

Quais são os perigos da participação nesses fóruns de políticas?

Pode ser imprudente participar de fóruns de políticas sem entender a intensidade e a orientação relativas das forças que determinarão o uso a ser dado a essa participação. A menos que haja esforços coletivos para prever esses resultados, as alianças podem ser enfraquecidas.

Os perigos podem ser exemplificados por eventos que fazem parte da

própria experiência do WRM. Nas décadas de 1990 e 2000, diferentes membros do Conselho Consultivo da Organização, oriundos do Norte global, insistiam em continuar trocando informações e opiniões dentro de determinados fóruns internacionais que discutem as florestas, apesar dos apelos de grupos de base e outros ligados ao WRM para que não o fizessem.

Foram levantadas preocupações de que, ao dar implicitamente credibilidade a esses fóruns, os membros do conselho fragilizariam as posições dos movimentos nas negociações e manobras locais específicas e delicadas em que eles estavam envolvidos.

Embora todos os envolvidos tenham concordado com a natureza dessas ameaças às florestas, havia duas teorias sobre estratégia política radicalmente diferentes.

Os membros do Conselho oriundos do Norte estavam, pelo menos em parte, motivados pela teoria política de que a disseminação de informações corretas sobre florestas só poderia ajudar os movimentos populares, independentemente da natureza do fórum. A ideia era: "qualquer ajuda é bem-vinda".

Eles também expressavam abertamente a visão de que a única maneira de "se envolver" com os atores no fórum era confrontá-los, em seu próprio ambiente protegido, com análises e exigências de mudança que apontassem no sentido contrário.

Os grupos de base, por outro lado, tinham uma compreensão muito mais sofisticada da *realpolitik*. Eles sabiam que informação nunca é mera informação, mas sempre faz parte de um jogo político complexo que pode lhe atribuir diferentes tipos de importância. Eles também tinham experiência suficiente para entender que existem muitos outros tipos de "envolvimento" com grandes empresas e Estados, além de simplesmente lhes apresentar demandas em suas próprias arenas preferenciais – oferecendo comentários verbais sobre políticas, acrescentando disposições sobre "salvaguardas" e coisas do tipo.

Por exemplo, eles sabiam que a recusa a participar de um fórum também pode significar “envolvimento” com esse fórum, desde que haja outras fontes disponíveis de força política.

Foi esse tipo de experiência prática que a organização equatoriana *Acción Ecológica* citou em 2002, ao se opor às negociações de uma ONG internacional em favor de “responsabilidade empresarial”, “novos critérios de investimento”, “acesso a energia” e assim por diante. A *Acción Ecológica* argumentava que todos esses fatores apontavam para acrescentar “texto” a várias políticas e, na verdade, “enfraqueciam [seus] esforços” para “impedir as empresas de entrar em [seu] país”, “roubar recursos”, “introduzir organismos transgênicos” e “causar danos à [sua] soberania”:

“Entendemos que uma organização do Norte não possa conceber um mundo sem grandes empresas, mas isso não se aplica a nós. Em nossos países, o desenvolvimento autocentrado ainda é possível com base nas economias comunitárias, e uma grande parte dos mercados é informal. Milhões de pessoas ainda vivem de artesanato, pequena agricultura ou pesca próxima à costa. Nossos problemas econômicos, sociais e ambientais são resultado precisamente da implementação de economias de mercado cujos braços são as grandes empresas.”

Apesar dessa terminologia, não é apenas a participação de “organizações do Norte” em certos tipos de discussões sobre políticas que pode ter efeitos negativos para o trabalho dos parceiros de movimento.

Por exemplo, na década de 1990, o compromisso cada vez maior de uma rede do Sul com o apoio a governos do Sul em fóruns internacionais de políticas fez com que ela não conseguisse mais exercer solidariedade para com os movimentos indígenas e outros, que frequentemente tinham que se opor às políticas daqueles governos. Isso passou a ser motivo de preocupação para muitas organizações. Consequentemente, essa rede concordou em deixar de ser a sede do Secretariado do WRM e não tem mais papel ativo na Organização.

Os esforços subsequentes dessa rede e outras ONGs para destacar vários trechos do tratado sobre comércio de carbono do Protocolo de Kyoto que receberiam seu apoio também a coloca em desacordo com diversos movimentos de base que lutam contra os mercados de carbono.

Em resumo, ao avaliar o possível significado de oferecermos informações, análises ou demandas a um determinado fórum de políticas, é sempre necessário considerar até que ponto os “princípios básicos” vigentes determinam o que essas informações significarão naquele contexto.

Para examinarmos outro exemplo, a ONU ou outro organismo internacional geralmente informam os representantes dos movimentos em defesa das florestas que eles podem fazer uso da palavra por apenas dois minutos e não devem “falar alto demais” (citando Dercy Teles, uma líder sindical no estado brasileiro do Acre).

Na prática, isso diz aos ativistas que o sentido político de seus discursos não estará “no” texto do que eles realmente dizem. Em vez disso, será alterado para algo como: “Muito obrigado. Eu fui generosamente autorizada a participar, e sei que vocês levarão em conta os benefícios potenciais do que eu disser para seus planos. Mas eu sei que há poucas chances de vocês realmente me entenderem ou me respeitarem. E não há nada de errado nisso!”

Ao decidir participar ou não, os ativistas precisam avaliar com antecedência se será possível, em aliança com outros, subverter esse sentido de suas declarações, desviando-o do efeito pretendido pelos organizadores do fórum. E isso também se aplica a contribuições por escrito apresentadas em procedimentos de consulta oficiais ou empresariais.

Como o trabalho com as políticas pode ser inserido em uma estratégia política mais ampla?

E há outras razões para questionar a ideia de que o problema das políticas

e práticas oficiais para as florestas, sejam nacionais ou internacionais, é que os formuladores “não têm o conhecimento necessário” sobre as causas subjacentes do desmatamento e da degradação florestal.

Pode-se argumentar que uma das fragilidades da campanha permanente do WRM que critica as plantações industriais de árvores é que ela parece se basear demais na suposição de que grande parte do problema é não haver pessoas suficientes, pelo menos não no poder, que entendam que “plantações não são florestas”.

O problema é que parece haver poucas razões para pensar que os tecnocratas de camadas inferiores, por exemplo, na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), não “saibam” que plantações não são florestas ou que, se soubessem, a entidade formularia políticas melhores.

A realidade é que, mesmo que todos os funcionários da FAO entendessem e concordassem com o argumento do WRM, ela ainda teria incentivos imensos para ignorar e minimizar seu próprio conhecimento. Por isso, simplesmente dizer à FAO e a outras organizações, ano após ano, que “plantações não são florestas” não é, por si só, uma grande estratégia de campanha.

A questão não é que seja inútil compilar um documento como *Abordar as causas* subjacentes, de 1999 ou propagar palavras de ordem como “plantações não são florestas”. A questão é que essas intervenções precisam ser integradas a uma estratégia geral coerente de construção de novas alianças que operem de acordo com princípios básicos diferentes daqueles que regem os fóruns de políticas e, portanto, possam mobilizar diferentes formas de influência.

Em outras palavras, simplesmente produzir um “texto”, definir uma “posição” ou formular uma “demanda” e depois inseri-los em qualquer fórum disponível, pressupondo que sempre terão o mesmo efeito, não é uma estratégia de campanha eficaz.

Às vezes, esse texto equivalerá a uma ameaça ou um alerta para quem ocupa posições de autoridade. Outras vezes, será uma tática para constranger ou

desacreditar grandes empresas ou Estados. Ou pode ser um movimento inicial em uma complicada estratégia jurídica. Também pode ser uma tática para atrair a atenção da mídia ou um apelo a pessoas de fora, que não estejam presentes. De vez em quando, será uma maneira de unificar diversas correntes de resistência. Ou um método de sabotagem. Ou pode ser apenas uma maneira de estimular e organizar as reflexões internas de um movimento.

Se o texto vai fazer diferença ou não, e qual diferença ele fará, dependerá do contexto mais amplo no qual ele vier a se inserir.

No entanto, se é verdade que os ativistas precisam ter cautela ao pressupor que contribuir para um fórum de políticas sempre será útil do ponto de vista tático, eles não devem chegar à conclusão precipitada de que sempre será inútil.

Como argumentaram os membros do Conselho Consultivo do WRM Tom Goldtooth, da Indigenous Environmental Network, e Frank Luvanda, da Fundação Suhode, na Tanzânia, além de outros amigos do WRM, os movimentos populares não podem descartar antecipadamente a possibilidade de que venha a ser útil ou necessário participar de algum fórum de políticas específico em determinados momentos. Mas mesmo quando for esse o caso, será porque essa presença tem uma função dentro de estratégias maiores, cuidadosamente pensadas.

Não é porque a participação em fóruns internacionais de políticas constitua a "única" maneira de "se envolver" com empresas ou com o Estado. Também não é porque a alternativa seria "não fazermos nada e ficarmos sentados em nossas poltronas" (como disse literalmente uma rede de ONGs do Sul que já esteve ligada ao WRM). Tampouco é porque "os fóruns nos convidaram e é uma oportunidade" ou porque "eles estão pagando, e quem sabe a gente possa usar o dinheiro para nossos próprios objetivos".

Emmanuel Elong, de Dibombari, em Camarões, líder da luta contra as plantações de dendê da transnacional SOCFIN na África central, aponta

a importância de se ter em mente uma estratégia clara ao participar de fóruns internacionais.

Para ele, está claro que esses fóruns têm valor principalmente porque proporcionam formas indiretas de pressionar as autoridades locais a proteger os direitos das comunidades (ou seja, para que elas saibam que estão sendo monitoradas do exterior) ou ajudam os ativistas locais a obter novos meios para realizar seu próprio trabalho.

Mas esses benefícios precisam ser equilibrados em relação ao tempo e ao esforço consideráveis que são necessários para participar desses fóruns globais. É preciso trabalhar muito, por exemplo, para transmitir a experiência local da África rural a públicos urbanos distantes.

Também é preciso fazer um grande esforço para combater os danos que outros participantes da mesma reunião podem infligir à causa da proteção das florestas. Sabe-se que organizações como o WWF, por exemplo, já participaram de fóruns internacionais de apoio aos esforços de conglomerados como a SOCFIN para obter um selo de aprovação da Mesa Redonda de Óleo de Palma (Dendê) Sustentável (RSPO).

Quaisquer benefícios que possam advir da participação em fóruns internacionais de políticas também precisam ser equilibrados, caso a caso, com demandas conflitantes pelo tempo dos ativistas, oriundas das próprias comunidades de base.

Shrishtee Bajpai é uma jovem pesquisadora-ativista que trabalha com comunidades em Korchi, no estado indiano de Maharashtra, enfrentando simultaneamente mineradoras, megaprojetos, políticas de conservação excludentes, conservacionistas, padrões patriarcais arraigados e preconceito contra os *adivasi* (indígenas), bem como o desafio de aproveitar qualquer oportunidade restante entre as que foram abertas pela Lei Indiana dos Direitos Florestais de 2006. Shrishtee enfatiza que o crucial para o empoderamento nesses contextos é “a reflexão, e não a reação”, inclusive a reflexão sobre “quem somos” e por que determinadas instituições são como são.

Isso requer tempo, confiança, estudo, atenção cuidadosa e diária ao processo e às divisões internas, dedicação paciente aos esforços para ampliar redes e espaços políticos, e disposição para admitir que “não há um ponto final a ser alcançado”, e sim um processo espiral de lutas e transformações”.

Há pouco espaço para isso nas agendas de ativistas comprometidos com a participação regular em fóruns internacionais de políticas.

Embora não descarte esses fóruns, o ativista Pravin Mote, também indiano, prioriza o trabalho de base. Ele observa que o que costuma trazer bons ensinamentos e benefícios às comunidades é o contato direto com outras lutas semelhantes e suas estratégias.

Sua análise está em sintonia com a de Manoel Edivaldo Santos Matos, o veterano líder sindical de Santarém, no Brasil. Manoel se mantém aberto à participação em qualquer fórum onde se possam discutir questões importantes, mas também deixa claro que a verdadeira questão é fortalecer as comunidades.

Em qualquer negociação, ele acrescenta, é fundamental saber quem é quem. Quem está do lado dos trabalhadores? Quem, em última análise, está do lado do capital? Manoel observa que, em muitos aspectos, isso ficou mais difícil nos últimos 20 anos: “Às vezes, as pessoas que dizem que apoiam você são as mais perigosas”.

Além disso, o aumento do alcance das mídias de todos os tipos fez com que a discussão pública em fóruns internacionais e em outros espaços passasse a depender mais de conjuntos de dados produzidos em massa, geralmente enganosos. As pessoas ficam confusas e sua capacidade de análise se fragiliza, observa Manoel, o que favorece as empresas.

Embora ele considere que os movimentos indígenas se fortaleceram ao longo do tempo, na atual era do presidente Jair Bolsonaro, eles enfrentam novos ataques que, como na Índia, são articulados com ataques também novos às trabalhadoras e aos trabalhadores, e com apoio renovado ao

agronegócio.

Para Soumitra Ghosh, de Bengala Ocidental, um argumento em prol da participação em projetos internacionais que tratam de políticas e que soa particularmente vazio, pelo menos no contexto florestal indiano, é o de que “poderíamos usar o dinheiro e as oportunidades de viagens oferecidas para alcançar nossos próprios objetivos”.

Em lugar da ONU ou de outras organizações intergovernamentais, Ghosh visa principalmente ONGs internacionais muito conhecidas, formalmente independentes e bem-intencionadas, que estão determinadas a obter contribuições do Sul e de grupos de base para processos de formulação de políticas internacionais.

Essas organizações supostamente concordariam com muitas das conclusões do documento *Abordar as Causas Subjacentes*, de 1999. No entanto, ao não colocar essas conclusões em prática em contextos estratégicos eficazes, argumenta Ghosh, elas geralmente contribuem para uma “perda de flexibilidade” nas organizações de base.

Por exemplo, essas organizações podem se tornar muito dependentes de processos em que contribuem com documentos para as bibliotecas sobre silvicultura de ministérios e agências internacionais, em detrimento de um trabalho eficaz na luta concreta.

Ele acrescenta que, se um número excessivo de ativistas de base se torna representante de ONGs em fóruns de políticas (em vez de ser estrategistas se esforçando para estabelecer conexões políticas e construir força política no trabalho concreto), quem perde são as lutas pelas florestas. Líderes locais tentados a assumir carreiras internacionais que tratam de assuntos variados têm menos tempo para interações locais e organização de movimentos.

Ghosh cita sua própria ONG como exemplo de entidade cuja eficácia foi afetada negativamente quando tentou conciliar trabalho de base com as oportunidades de financiamento oferecidas pelas conexões com ONGs

internacionais. A necessidade de fazer tantos relatórios sobre os “fatos” para agências externas (incluindo dados sobre causas subjacentes do desmatamento) e demonstrar que estava alcançando “resultados tangíveis” se tornou um empecilho ao trabalho de sua organização.

As advertências de Ghosh sobre a “ONGuização internacional” dos movimentos de base encontram alguns paralelos no testemunho de Dercy Teles, a líder sindical do Brasil.

Dercy participa das lutas pelas florestas há muitas décadas. A partir da experiência difícil no Conselho Nacional de Seringueiros, ela conclui que as organizações da sociedade civil não devem tentar se tornar assessoras das burocracias estatais, assim como as organizações sindicais não devem assumir o papel de executar políticas de Estado.

Por exemplo, sindicatos ajudando a promover um estilo de educação urbana entre os seringueiros na Amazônia, voltado a prepará-los para empregos nas cidades, significa ignorar a realidade de que “o nosso tipo de educação é diferente”. Dercy diz que também é um erro as organizações sindicais aceitarem a gestão de grandes orçamentos onde há a tendência a surgir corrupção.

Um caso sugestivo de como a participação em fóruns de políticas precisa estar subordinada a considerações estratégicas mais amplas foi a audiência do *Califórnia Air Resources Board* (CARB), realizada em Sacramento, em setembro de 2019.

Anunciou-se que a audiência ajudaria o CARB a decidir se adotaria o chamado Padrão de Florestas Tropicais da Califórnia como metodologia para avaliar e legitimar programas do tipo REDD+ implementados fora das fronteiras do estado.

Durante anos de interações com ativistas e especialistas, representantes do CARB já haviam deixado claro que o órgão não tinha qualquer interesse em combater o desmatamento, nem em participar de movimentos para contê-lo.

O que interessava era obter permissão oficial para usar florestas em regiões como os estados do Acre, no Brasil, e de Chiapas, no México, com o objetivo de proporcionar licenças para poluir às indústrias da Califórnia, a baixo custo, de acordo com a legislação estadual sobre aquecimento global.

Ativistas florestais que optaram por participar da audiência de 2019, como Miriam Cisneros, da comunidade quéchua de Sarayaku, no Equador, e Jutta Kill, do WRM (muitos dos quais ficaram restritos aos dois minutos de sempre para suas exposições), não tinham ilusões de que a audiência tivesse sido convocada por qualquer outra razão além de promover esse objetivo.

Além disso, o CARB sabia que eles sabiam. E os ativistas, por sua vez, sabiam que o CARB sabia que eles sabiam. Todos os lados entendiam que a audiência não tinha nada a ver com discussões fundamentadas sobre causas do desmatamento, e sim era um teatro para demonstrações rituais de poder. A questão era qual o efeito que a encenação na sala da audiência teria sobre a cobertura da mídia e a visão dos contribuintes da Califórnia.

Daria autoridade moral aos esforços do governo estadual em Sacramento para ajudar as indústrias locais a continuar usando combustíveis fósseis? Ou reforçaria a oposição popular dentro e fora das fronteiras do estado, de uma maneira que causasse problemas aos burocratas do governo?

Nenhum crítico do Padrão esperava seriamente que o CARB levasse em conta informações ou análises sobre as causas subjacentes do desmatamento. Eles sabiam que o órgão só reagiria a demonstrações físicas de força e unidade transnacional.

Essas demonstrações de força incluíam a resistência física aos projetos de REDD+ que já havia ocorrido em vários continentes, por exemplo, as camisetas vermelhas rebeldes ostentadas na reunião por opositores do Padrão, além da sugestão de ameaças econômicas às empresas da Califórnia, à reputação das burocracias que cooperam com elas e ao sustento de indivíduos que trabalham nessas burocracias.

É claro que é difícil avaliar com precisão os efeitos da participação de ativistas em defesa das florestas nesse fórum internacional de políticas específico.

O que é certo é que esses efeitos, se existirem, não serão resultado da “oportunidade” oferecida pelo CARB aos ativistas para que “apresentassem evidências” ou “se envolvessem” em um processo de REDD+ nos termos do órgão e naquele mesmo ambiente protegido de Sacramento.

Terão sido consequência, isso sim, das amplas estratégias empregadas pelos próprios ativistas para subverter as regras fundamentais do CARB, entender e confrontar as fantasias que regem o órgão, ao mesmo tempo em que “se envolvem” com as grandes empresas de outras formas, marcadas por amplitude e enfrentamento, em todo o mundo.

Considerações finais

As lições e observações contidas neste documento podem ser úteis não apenas para responder à pergunta sobre com quem os grupos e ativistas comprometidos com o apoio às lutas dos Povos Indígenas e outras comunidades que dependem da floresta para deter o desmatamento e defender seus territórios devem passar mais tempo conversando, e como essas conversas podem se dar.

Elas também podem ajudar a decidir como responder às demandas incessantes de representantes do Estado e das grandes empresas por “alternativas” aceitáveis às suas necessidades.

Como observado acima, formuladores de políticas e empresas privadas fazem esforços intermináveis para reinterpretar as ações dos movimentos de resistência como sendo “críticas a um modelo”, bem como “propostas de modelo alternativo”. Mas isso geralmente não é verdade e, em termos gerais, concordar com essas reinterpretações é prejudicial aos movimentos populares.

Em resumo, endossar a teoria política de que a ação consiste na

implementação de “alternativas” pode ser tão antidemocrático e autossabotador para os movimentos em defesa das florestas quanto apoiar a ficção de que os “formuladores de políticas” poderiam – ou deveriam – tomar decisões sobre o futuro depois de receber informações “verdadeiras e corretas” dos movimentos populares.

Para as lutas de base, o grande problema não é que ninguém tenha apresentado boas “alternativas” às autoridades nem fornecido as “informações” adequadas. O mundo não é um conjunto de planos e modelos implementados, e sim algo muito mais complexo.

Essa é uma razão importante para que o WRM tenha direcionado seus esforços mais a facilitar e criar estratégias para alianças, intercâmbios, discussões e outros processos horizontais entre os próprios movimentos de base.

